



CARTA DE PORTO ALEGRE

As Reitoras e os Reitores das Universidades Estaduais e Municipais brasileiras, reunidos no 75º Fórum Nacional da ABRUEM, sediado pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) em Porto Alegre, RS, no período de 19 a 21 de maio de 2026, vêm a público manifestar seu posicionamento e deliberar sobre as seguintes diretrizes:

1. DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E DO PAPEL DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Diante dos eventos climáticos extremos que têm afetado dramaticamente todas as regiões do Brasil, as Universidades Estaduais e Municipais reafirmam seu compromisso inegociável com a ciência e com a sociedade.

As 46 instituições que compõem a ABRUEM – que totalizam 446 campi e mais de mil polos de educação a distância –, historicamente capilarizadas no território nacional, são agentes essenciais para a construção da resiliência. Defendemos que a reconstrução das áreas atingidas e a preparação para futuros eventos devem ser orientadas pelo conhecimento técnico-científico produzido dentro de nossos campi, articulando pesquisa aplicada, extensão comunitária e inovação tecnológica.

Assim sendo, com objetivo de contribuir para mitigar os efeitos oriundos dos desastres climáticos, **propõe-se a criação de uma Rede ABRUEM de Gestão de Riscos e Desastres**, conectando Núcleos de Estudos Universitários e Defesa Civil, para integrar dados e respostas rápidas, servindo como subsídio direto às políticas públicas municipais e estaduais.

2. DO FINANCIAMENTO E DA INSTITUCIONALIZAÇÃO NO PNE (2024-2034)

O novo Plano Nacional de Educação (PNE), em sua vigência, precisa corrigir uma assimetria histórica: embora respondamos por 43% das matrículas do ensino superior público e estejamos presentes em 80% dos municípios brasileiros, as universidades estaduais e municipais seguem com acesso restrito a recursos vinculados do Orçamento da União.

A Carta de Porto Alegre **propõe a inclusão de estratégia específica no PNE 2024-2034 que assegure recursos e financiamentos regulares da União para as universidades estaduais e municipais**, sem prejuízo de sua vinculação constitucional aos entes federados, reconhecendo-as como partícipes indispensáveis do Sistema Nacional de Educação (SNE).

3. DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Esta plenária celebra a aprovação, pelo Congresso Nacional, da criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Universidades Públicas Estaduais e Municipais.



Contudo, a mera aprovação não é suficiente. **Necessitamos da imediata instalação e funcionamento efetivo da Frente.** Nossa pauta legislativa prioritária inclui:

- A defesa da autonomia plena das universidades estaduais e municipais, que inclui o posicionamento contrário a qualquer forma de ingerência política e a liberdade das instituições para definir suas políticas acadêmicas e administrativas;
- A regulamentação de emenda constitucional que permita a transferência automática de recursos da União para as IES estaduais e municipais;
- A inclusão de nossas instituições na Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), garantindo permanência a estudantes em situação de vulnerabilidade;
- O respeito à autonomia universitária nos marcos legais estaduais e municipais.

4. DO COMPROMISSO COM A CIÊNCIA, O TERRITÓRIO E OS SABERES ANCESTRAIS

A partir dos debates promovidos no 75º Fórum Nacional da ABRUEM, notadamente sobre a Câmara de Graduação, comprometemo-nos a revisar os projetos pedagógico dos nossos cursos. É urgente a incorporação dos “saberes ancestrais e da ciência decolonial” na formação de nossos estudantes, aliando tecnologia de ponta (EaD e Digital) ao conhecimento tradicional dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para o enfrentamento da crise climática.

Os debates promovidos pelas Câmaras de Graduação, de EaD/UAB e Tecnologias Educacionais, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão evidenciaram que a complexidade da emergência climática exige uma resposta institucional integrada.

Na **Graduação**, defendemos a formação crítica, interdisciplinar e socialmente comprometida, capaz de preparar profissionais para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas, pelos desastres socioambientais e pelas desigualdades territoriais e sanitárias. As universidades públicas devem fortalecer currículos que integrem a educação ambiental, a gestão de riscos, a vigilância em saúde e a construção de resiliência comunitária, articulando conhecimento científico, saberes populares e compromisso ético com a vida.

Ficou também encaminhada a **elaboração de um componente curricular sobre “Diversidade, Gênero e Inclusão”, proposto pela Abruem para as suas afiliadas**, destacando o compromisso com o desenvolvimento local e territorial pela capilaridade e interiorização da rede Abruem.

Reafirmamos, assim, o papel estratégico das universidades públicas na produção de conhecimento, na formação de profissionais comprometidos com a transformação social e na construção de soluções sustentáveis e solidárias para os desafios contemporâneos impostos pela crise climática.

Por meio da **Educação a Distância e suas Tecnologias**, as universidades estaduais e municipais podem desenvolver plataformas colaborativas e repositórios de conteúdos sobre alertas precoces, planos de contingência, unidades curriculares e educação climática. A parceria com a RNP poderá ser fortalecida por meio de



Grupo de Trabalho ABRUEM-RNP, garantindo infraestrutura digital resiliente mesmo em cenários de desastre (interrupção de energia, mobilidade comprometida). A EaD não é apenas alternativa pedagógica, mas estratégia de sobrevivência e continuidade acadêmica em territórios vulneráveis.

Na **Pesquisa e Pós-Graduação**, reafirmamos a necessidade de consolidar uma ciência para a resiliência orientada à aplicação prática, com financiamento específico do CONFAP e das FAPs estaduais. **Propõe-se uma Rede ABRUEM de Pós-Graduação, que terá como eixo prioritário os estudos aplicados sobre gestão de riscos e desastres.**

Na **Extensão** Universitária, inspirados nas experiências do CEMADEN/UNICAMP e da PROEC/Unesp, **comprometemo-nos a implementar políticas de extensão em rede que formem agentes populares de proteção civil, integrando conhecimento científico aos saberes comunitários.**

5. DA VALORIZAÇÃO DAS MULHERES

A ABRUEM reconhece o pioneirismo feminino na ocupação de espaços de decisão na educação pública superior. Desta forma, institui, em seu 75º Fórum Nacional, a Medalha Magnífica Reitora Maria Gomes, que será concedida a mulheres que tenham prestado relevantes serviços à educação, à inclusão social, à cidadania e ao desenvolvimento humano. A professora Maria Gomes foi reitora da Universidade Regional do Rio Grande do Norte (URRN), atual Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERJ), entre janeiro de 1973 e janeiro de 1977, sendo a primeira mulher reitora de universidades públicas no Brasil.

Por fim, a ABRUEM saúda a construção, pelo Ministério da Educação (MEC), de uma nova Política Nacional de Educação Superior. A ABRUEM tem contribuído, de forma permanente, nessa construção. A política deve superar o reducionismo que opõe responsabilidades dos entes federados, valorizando o papel estratégico das universidades mantidas por estados e municípios como motores de desenvolvimento regional.

O nosso coletivo de Universidades reafirma o compromisso com uma educação superior pública, transformadora, inclusiva, sustentável e socialmente referenciada, colocando-se à disposição para o diálogo com gestores públicos, parlamentares, agências de fomento e parceiros estratégicos na construção de políticas públicas comprometidas com a agenda 2030, justiça social e o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Porto Alegre (RS), 21 de maio de 2026.

Leonardo Beroldt
Reitor da Universidade Estadual do Rio
Grande do Sul - Uergs

Cicília Raquel Maia Leite
Presidente da Associação Brasileira de
Reitores das Universidades Estaduais e
Municipais - Abruem